

CADERNO DE PROVA

AJ | Assistente Jurídico

Instruções



Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

* A duração da prova inclui o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova**.
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e a sequência de questões está correta.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade!

Atenção!

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo, a folha de resposta e o cartão-resposta, este último devidamente preenchido e assinado.



27 de setembro



100 questões



14 às 19h



5h de duração*

Preencha abaixo o seu nome completo de forma legível (não abrevie o primeiro e o último nomes)

nº de ordem

Observações

Para prestar a Prova, o candidato receberá um **caderno de prova** e um **cartão-resposta**, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e/ou no cartão-resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do certame envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. Na impossibilidade da substituição do caderno de prova, o fiscal de sala fará a leitura correta do item impresso com incorreção ou o copiará para que todos anotem. O tempo gasto para a substituição ou correção dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.

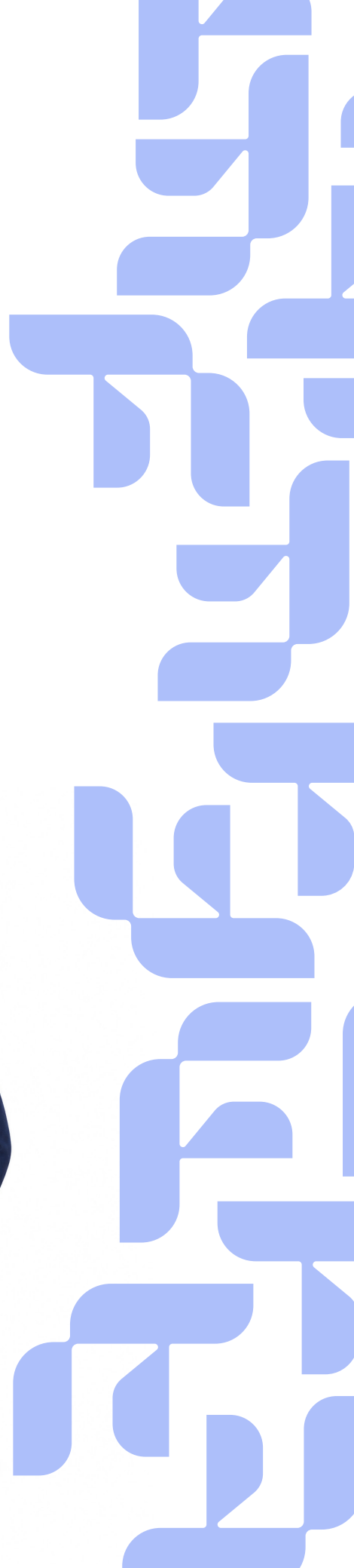
O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta azul ou preta, seguindo as instruções nele contidas.

As provas serão corrigidas exclusivamente com base nas marcações do cartão-resposta, sendo desconsideradas quaisquer anotações realizadas no caderno de questões.

O caderno de prova não será disponibilizado ao candidato e será descartado após o término do período recursal.

O preenchimento do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no Edital e no cartão que não será substituído por erro do candidato.

Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de questões. Os três últimos candidatos que restarem na sala de prova só poderão entregar as provas simultaneamente.



GRUPO I**Direito Constitucional**

10 questões

1. Sobre os instrumentos constitucionais de proteção ao patrimônio histórico, cultural e ambiental, é **correto** afirmar:

- a. ☐ O estudo prévio de impacto ambiental é o único instrumento previsto na Constituição Federal para a proteção do patrimônio histórico e cultural, não se aplicando, nesse aspecto, à proteção do meio ambiente natural.
- b. ☐ Compete exclusivamente à União promover o tombamento de bens de valor histórico e cultural, não sendo permitida tal atuação pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.
- c. ☒ A Constituição Federal prevê, como instrumentos de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, os inventários, os registros, a vigilância, o tombamento e a desapropriação, cabendo ao Poder Público, com a colaboração da comunidade, promover e proteger tais bens.
- d. ☐ A criação, pelo Poder Público, de espaços territoriais especialmente protegidos pode ser livremente alterada ou suprimida por ato do Poder Executivo, independentemente de autorização legislativa específica.
- e. ☐ A ação popular não pode ser utilizada para a proteção do patrimônio histórico e cultural, sendo cabível apenas para a tutela do patrimônio público de natureza financeira e orçamentária.

2. Sobre a nacionalidade dos brasileiros e dos estrangeiros na Constituição Federal, é **correto** afirmar:

- a. ☐ O brasileiro naturalizado pode ser extraditado por qualquer crime cometido após a naturalização, ressalvados apenas os crimes de natureza política ou de opinião, aplicando-se-lhe, no mais, o mesmo tratamento conferido ao estrangeiro.
- b. ☐ São brasileiros natos, independentemente de registro em repartição consular competente ou de opção posterior pela nacionalidade brasileira, os filhos de pai ou mãe brasileiros nascidos no estrangeiro, ainda que não estejam a serviço do Brasil.
- c. ☐ Os portugueses com residência permanente no País adquirem automaticamente a nacionalidade brasileira, dispensada qualquer manifestação de vontade, desde que comprovada reciprocidade em favor de brasileiros em Portugal.
- d. ☒ A Constituição Federal veda a distinção entre brasileiros natos e naturalizados, ressalvados os casos por ela expressamente previstos, tais como o acesso a determinados cargos privativos de brasileiro nato e a diferenciação quanto à extradição.
- e. ☐ O brasileiro nato perde a nacionalidade brasileira sempre que adquirir outra nacionalidade, ainda que esta lhe seja imposta por norma estrangeira como condição de permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

3. Sobre a aplicabilidade das normas constitucionais, segundo a classificação doutrinária tradicionalmente adotada no direito brasileiro, é **correto** afirmar:

- a. ☐ As normas constitucionais de eficácia limitada produzem, desde logo, todos os efeitos que o constituinte pretendeu regular, sendo incompatível com essa categoria a exigência de lei posterior para sua integral aplicabilidade.
- b. ☒ As normas constitucionais de eficácia contida são de aplicabilidade direta e imediata desde a entrada em vigor da Constituição, podendo, contudo, ter seu alcance reduzido pela atuação do legislador infraconstitucional, nos casos e limites por ela expressamente admitidos.
- c. ☐ As normas constitucionais de eficácia plena dependem de integração legislativa infraconstitucional para produzir seus efeitos, não sendo aplicáveis de forma direta e imediata a partir da promulgação da Constituição.
- d. ☐ As normas programáticas, espécie de norma constitucional de eficácia limitada, são desprovidas de qualquer efeito jurídico até a edição da lei integradora, não vinculando a atuação do legislador infraconstitucional.
- e. ☐ A classificação das normas constitucionais quanto à aplicabilidade é irrelevante para fins de controle de constitucionalidade, uma vez que todas as normas da Constituição, independentemente de sua eficácia, produzem os mesmos efeitos jurídicos imediatos.

4. Sobre a organização do Poder Judiciário na Constituição Federal de 1988, é **correto** afirmar:

- a. ☐ O Conselho Nacional de Justiça exerce função jurisdicional, podendo rever, no exercício de suas competências constitucionais, o mérito de decisões judiciais proferidas por tribunais e juízes de todo o país.
- b. ☐ A regra do quinto constitucional, relativa à composição dos tribunais por membros do Ministério Público e advogados, aplica-se à composição do Superior Tribunal de Justiça, sendo esta a fonte constitucional da respectiva reserva de vagas.
- c. ☐ Os juízes de primeiro grau adquirem vitaliciedade imediatamente após a posse no cargo, independentemente de estágio probatório ou de aprovação em avaliação de desempenho perante o tribunal competente.
- d. ☐ É permitido ao magistrado exercer atividade político-partidária durante o exercício do cargo, sendo vedado apenas o exercício simultâneo de cargo de direção em partido político.
- e. ☒ O Poder Judiciário é composto, entre outros órgãos, pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Superior Tribunal de Justiça, todos estes com sede na Capital Federal e jurisdição em todo o território nacional.

5. Sobre as gerações (ou dimensões) de direitos fundamentais, segundo a classificação doutrinária tradicionalmente adotada, é **correto** afirmar:

- a. ☐ Os direitos de primeira geração correspondem aos direitos sociais, econômicos e culturais, exigíveis mediante prestações positivas do Estado, ao passo que os de segunda geração correspondem às liberdades individuais, exigíveis mediante mera abstenção estatal por parte do Poder Público.
- b. ☐ Os direitos de terceira geração possuem titularidade exclusivamente individual, sendo incompatível, nessa categoria, a tutela de natureza coletiva por meio de instrumentos processuais como a ação civil pública e o mandado de segurança coletivo.
- c. ☒ Os direitos de primeira geração correspondem às liberdades civis e políticas, vinculados à abstenção estatal; os de segunda geração correspondem aos direitos sociais, vinculados a prestações positivas; os de terceira geração vinculam-se à solidariedade, com titularidade coletiva ou difusa, como o meio ambiente e o desenvolvimento.
- d. ☐ A classificação dos direitos fundamentais em gerações sucessivas implica hierarquia normativa entre elas, de modo que os direitos pertencentes a gerações posteriores prevalecem sobre os de gerações anteriores em caso de eventual conflito.
- e. ☐ Os direitos de segunda geração dispensam qualquer atuação prestacional do Estado para sua efetivação, bastando a mera abstenção estatal, tal como ocorre, como regra, em relação aos direitos de primeira geração.

6. Sobre os direitos sociais na Constituição Federal de 1988, é **correto** afirmar:

- a. ☐ Os direitos sociais previstos no art. 6º da Constituição constituem rol taxativo e insuscetível de ampliação por emenda constitucional, uma vez que sua enumeração originária decorre de cláusula pétrea que veda qualquer alteração superveniente do texto constitucional.
- b. ☒ O rol de direitos sociais previsto no art. 6º da Constituição Federal não é taxativo, tendo sido ampliado por emendas constitucionais supervenientes, como as que incluíram expressamente os direitos à moradia, à alimentação e ao transporte entre os direitos sociais constitucionalmente positivados.
- c. ☐ A Constituição Federal assegura aos trabalhadores urbanos direitos sociais mais amplos do que os assegurados aos trabalhadores rurais, em razão das peculiaridades inerentes ao desenvolvimento da atividade agrícola em relação à atividade urbana.
- d. ☐ Os direitos sociais, por dependerem de prestações positivas do Estado para sua efetivação, não geram, em nenhuma hipótese, direito subjetivo exigível judicialmente, sujeitando-se integralmente à discricionariedade do administrador público quanto à sua implementação.
- e. ☐ Não há, no ordenamento constitucional brasileiro, qualquer limite à supressão de direitos sociais já concretizados por legislação infraconstitucional, podendo o Estado revogá-la livremente, independentemente da existência de política substitutiva equivalente.

7. Sobre o núcleo essencial dos direitos fundamentais, o mínimo existencial e a reserva do possível, é **correto** afirmar, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a. ☒ O mínimo existencial não pode ser afastado pela invocação genérica da reserva do possível, cabendo ao Poder Público demonstrar objetivamente a efetiva indisponibilidade de recursos.
- b. ☐ A reserva do possível constitui princípio absoluto do direito constitucional brasileiro, apto a afastar, por si só, qualquer pretensão de exigibilidade judicial de direitos sociais, independentemente das circunstâncias do caso concreto.
- c. ☐ O núcleo essencial dos direitos fundamentais pode ser livremente restringido pelo legislador infraconstitucional, desde que a restrição decorra de lei em sentido formal, ainda que esvazie por completo o conteúdo do direito protegido.
- d. ☐ O mínimo existencial identifica-se, em todos os seus aspectos, com o rol de direitos sociais previstos no art. 6º da Constituição Federal, não havendo distinção conceitual entre as duas categorias.
- e. ☐ A invocação da reserva do possível pelo Poder Público dispensa qualquer ônus probatório, presumindo-se verdadeira, até prova em contrário pelo particular, a alegação de indisponibilidade orçamentária para o cumprimento de direitos sociais.

8. Sobre a competência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina para o julgamento de ação direta de inconstitucionalidade, é **correto** afirmar:

- a. ☐ Compete ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina julgar ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal em face da Lei Orgânica do respectivo Município, por se tratar de paradigma normativo equiparado, para esse fim, à Constituição Estadual.
- b. ☐ A decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina em representação de inconstitucionalidade, fundada em norma da Constituição Estadual que reproduza regra de observância obrigatória da Constituição Federal, é irrecorrível, não comportando qualquer forma de reexame pelo Supremo Tribunal Federal.
- c. ☐ Compete ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina julgar ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal, produzindo tal decisão efeitos equivalentes aos de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em controle concentrado federal.
- d. ☒ Compete ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal em face da Constituição do Estado de Santa Catarina, sendo vedada a atribuição da legitimação ativa a um único órgão.
- e. ☐ A legitimidade para a propositura de representação de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça de Santa Catarina pode ser atribuída, com exclusividade, ao Procurador-Geral de Justiça do Estado, dispensando-se a previsão de outros legitimados pela Constituição Estadual.

9. Sobre as previsões da Constituição do Estado de Santa Catarina relativas aos Municípios, é **correto** afirmar:

- a. ☐ Compete exclusivamente ao Estado, e não ao Município, criar, organizar e extinguir distritos situados em seu território, ainda que observada a legislação estadual aplicável à matéria.
- b. ☒ A Lei Orgânica do Município é votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, não estando sujeita à sanção do Prefeito.
- c. ☐ O Município-sede da Capital do Estado pode ser livremente incorporado, fundido ou desmembrado, mediante lei estadual aprovada pela Assembleia Legislativa, não havendo qualquer vedação constitucional nesse sentido.
- d. ☐ A Câmara Municipal pode julgar as contas do Prefeito independentemente do parecer prévio do Tribunal de Contas, caso este não o emita até o último dia do exercício financeiro em que as contas foram prestadas.
- e. ☐ O descumprimento, pelo Presidente da Câmara Municipal, do limite de gasto de setenta por cento da receita do Poder Legislativo com folha de pagamento não configura, por si só, crime de responsabilidade, dependendo de expressa tipificação em lei federal específica.

10. Sobre os requisitos e características da medida provisória na Constituição Federal, é **correto** afirmar:

- a. ☒ A medida provisória, adotada em caso de relevância e urgência, tem força de lei desde a edição, devendo ser submetida de imediato ao Congresso Nacional, e perde eficácia, desde a edição, se não convertida em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável uma vez por igual período.
- b. ☐ A medida provisória pode ser livremente editada sobre matéria reservada à lei complementar, desde que presentes os requisitos de relevância e urgência exigidos para sua adoção.
- c. ☐ A rejeição de medida provisória pelo Congresso Nacional produz efeitos exclusivamente prospectivos, preservando-se, de forma automática e independentemente de disciplina posterior, todas as relações jurídicas constituídas durante sua vigência.
- d. ☐ É permitida a reedição de medida provisória, na mesma sessão legislativa, quando rejeitada expressamente pelo Congresso Nacional ou quando tiver perdido sua eficácia por decurso do prazo constitucional.
- e. ☐ A medida provisória, uma vez editada, não pode ser objeto de emendas parlamentares durante sua tramitação no Congresso Nacional, devendo ser aprovada ou rejeitada em sua redação original.

Direito Administrativo

10 questões

11. Sobre os princípios de direito administrativo previstos na Constituição Federal, é **correto** afirmar, considerando a jurisprudência do STF:

- a. ☐ O princípio da eficiência foi incluído expressamente no rol do art. 37, caput, da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 45/2004, conhecida como Reforma do Judiciário, que também instituiu o Conselho Nacional de Justiça.
- b. ☐ A vedação ao nepotismo na Administração Pública depende de lei formal editada por cada ente federativo, não decorrendo diretamente dos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade previstos no art. 37 da Constituição Federal.
- c. ☒ Os princípios expressos no art. 37, caput, da Constituição Federal — legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência — não esgotam a principiologia constitucional aplicável à Administração Pública, que também se extrai de outros dispositivos do texto constitucional, a exemplo da exigência de licitação pública e da garantia do contraditório e da ampla defesa em processo administrativo.
- d. ☐ O direito de acesso a informações de interesse particular ou coletivo detidas por órgãos públicos pode ser restringido por ato infralegal do próprio órgão, com fundamento no interesse da Administração em preservar o sigilo de seus atos internos.
- e. ☐ O princípio da impessoalidade impõe que os atos praticados por agente público sejam sempre imputados pessoalmente a este, e não ao órgão ou entidade da Administração em cujo nome atuou, ainda que no regular exercício de suas atribuições funcionais.

12. Sobre as modalidades de licitação previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, é **correto** afirmar:

- a. ☐ O pregão é a modalidade destinada à contratação de obras e serviços especiais de engenharia, sendo incabível para a aquisição de bens e serviços comuns.
- b. ☐ O diálogo competitivo pode ser utilizado em qualquer licitação, independentemente do objeto contratado, não se sujeitando a hipóteses específicas de cabimento.
- c. ☐ O leilão destina-se exclusivamente à alienação de bens imóveis, não sendo cabível para a alienação de bens móveis inservíveis à Administração.
- d. ☐ No concurso, é vedada a instituição de prêmio ou remuneração ao vencedor, admitindo-se apenas o critério de julgamento de menor preço.
- e. ☒ Constituem modalidades de licitação previstas na referida lei somente o pregão, a concorrência, o concurso, o leilão e o diálogo competitivo, não sendo possível a realização de licitações por tomada de preços ou convite.

13. Sobre a classificação dos serviços públicos e sua disciplina na legislação federal, é **correto** afirmar:

- a. ☒ Os serviços públicos classificam-se, quanto aos usuários, em *uti universi*, prestados indistintamente à coletividade, e *uti singuli*, fruíveis de forma individual e mensurável por cada usuário.
- b. ☐ Os serviços públicos exclusivos do Estado, como a prestação jurisdicional, podem ser delegados a particulares mediante concessão, permanecendo, ainda assim, sob a titularidade do poder concedente.
- c. ☐ A concessão de serviço público pode ser outorgada independentemente de licitação, mediante ato discricionário do poder concedente, em razão da urgência que normalmente caracteriza a prestação de serviços públicos.
- d. ☐ É vedada, em qualquer hipótese, a interrupção do serviço público concedido em razão de inadimplemento do usuário, ainda que precedida de aviso prévio, por se tratar de serviço essencial à coletividade.
- e. ☐ Os bens vinculados à prestação do serviço público concedido permanecem, ao término do contrato, na titularidade da concessionária, ainda que tenham sido amortizados mediante as tarifas cobradas dos usuários.

14. Sobre o regime jurídico aplicável aos entes da administração pública indireta, é **correto** afirmar:

- a. ☐ As empresas públicas e as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito público, sujeitas, portanto, ao mesmo regime jurídico aplicável à administração direta e às autarquias, inclusive quanto à impenhorabilidade de seus bens.
- b. ☐ A sociedade de economia mista pode ser constituída sob qualquer forma societária admitida em direito, ao passo que a empresa pública deve necessariamente revestir a forma de sociedade anônima.
- c. ☐ A instituição de fundação pública prescinde de autorização legislativa específica, bastando ato do Chefe do Poder Executivo para sua criação, independentemente da natureza jurídica que se pretenda conferir à entidade.
- d. ☒ As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas diretamente por lei específica, dotadas de autonomia administrativa e financeira, sendo seus bens impenhoráveis e imprescritíveis, tal como os bens da administração direta que as instituiu.
- e. ☐ Os empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica são equiparados a servidores públicos estatutários, submetendo-se ao regime jurídico único e à estabilidade prevista no art. 41 da Constituição Federal.

15. Sobre a responsabilidade civil do agente público, é **correto** afirmar, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a. ☐ A responsabilidade civil do Estado por danos causados a terceiros por seus agentes depende da comprovação de dolo ou culpa, não se admitindo, no ordenamento brasileiro, hipótese de responsabilidade objetiva do ente estatal.
- b. ☐ A ação de regresso do Estado contra o agente público causador do dano independe da comprovação de dolo ou culpa, bastando a demonstração do nexo de causalidade entre a conduta e o dano suportado por terceiro.
- c. ☐ A responsabilidade objetiva prevista no art. 37, §6º, da Constituição Federal aplica-se exclusivamente aos órgãos da administração direta, não alcançando pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.
- d. ☐ A vítima de dano causado por agente público pode optar por ajuizar a ação diretamente contra o agente causador do dano, dispensada a inclusão do Estado no polo passivo da demanda.
- e. ☒ A responsabilidade do Estado por danos causados a terceiros por seus agentes é, em regra, objetiva, ao passo que a responsabilidade do agente perante o Estado, em ação de regresso, é subjetiva, dependendo da comprovação de dolo ou culpa.

16. Sobre o poder de autotutela da Administração Pública e os institutos da revogação, da anulação e da convalidação dos atos administrativos, é **correto** afirmar, considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a. ☐ O prazo decadencial de cinco anos para a Administração anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis aos destinatários aplica-se ainda que comprovada a má-fé do beneficiário do ato.
- b. ☒ A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e observando, para a anulação, o direito de defesa dos interessados.
- c. ☐ A revogação, assim como a anulação, pode incidir sobre atos administrativos vinculados, alcançando inclusive direitos já incorporados ao patrimônio jurídico do administrado.
- d. ☐ A convalidação é cabível para qualquer espécie de vício do ato administrativo, inclusive quanto aos vícios relativos à competência e à finalidade do ato praticado.
- e. ☐ A decisão que invalida ato administrativo, ainda que impostas obrigações desproporcionais e não previstas em lei ao administrado, não precisa considerar exigências de segurança jurídica, tampouco indicar de modo expresso as consequências jurídicas da invalidação, por se tratar de matéria alheia à disciplina da LINDB.

17. Sobre o Processo Administrativo Disciplinar (PAD), é **correto** afirmar:

- a. ☒ O Processo Administrativo Disciplinar deve ser conduzido por comissão composta por servidores estáveis, assegurados ao acusado o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, sob pena de nulidade do processo.
- b. ☐ O prazo prescricional para a instauração do processo administrativo disciplinar tem início na data da abertura da sindicância que apurou a irregularidade, e não na data em que a autoridade competente tomou conhecimento do fato.
- c. ☐ A pena de demissão pode ser aplicada mediante rito sumário, independentemente da gravidade da infração ou de expressa previsão legal autorizando tal procedimento simplificado para a hipótese concreta.
- d. ☐ A revisão do processo disciplinar, ainda que requerida pelo próprio servidor punido ou por seus sucessores, pode resultar em agravamento da penalidade anteriormente imposta.
- e. ☐ A sindicância constitui, em qualquer hipótese, procedimento de caráter meramente investigativo, sendo vedada a aplicação direta de penalidade ao servidor, ainda que de advertência ou de suspensão de curta duração.

18. Sobre o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), disciplinado pela Lei Federal nº 13.019/2014, é **correto** afirmar:

- a. ☐ A celebração de parceria com organização da sociedade civil dispensa, em qualquer hipótese, a realização de chamamento público, bastando a manifestação de interesse da entidade interessada em firmar o ajuste.
- b. ☐ É permitida, nos termos da Lei nº 13.019/2014, a celebração de parceria com organização da sociedade civil que tenha como dirigente agente político do ente celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.
- c. ☒ A Lei nº 13.019/2014 prevê o termo de colaboração para parcerias propostas pela Administração Pública, o termo de fomento para parcerias propostas pelas próprias organizações, e o acordo de cooperação para parcerias que não envolvam a transferência de recursos financeiros.
- d. ☐ A organização da sociedade civil está dispensada da obrigação de prestar contas dos recursos recebidos em parceria, bastando a comprovação da execução do objeto pactuado, independentemente da regular aplicação dos recursos financeiros envolvidos.
- e. ☐ O termo de fomento e o termo de colaboração podem ser celebrados com pessoa jurídica de direito privado que possua finalidade lucrativa, bastando a comprovação de sua regular constituição.

19. Sobre o regime jurídico dos Tribunais de Contas e as espécies de controle por eles exercidas, é **correto** afirmar, considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do STF:

- a. ☐ O controle exercido pelo Tribunal de Contas restringe-se aos aspectos financeiro e orçamentário da gestão pública, não alcançando o exame da legalidade, da legitimidade e da economicidade dos atos praticados pelos administradores.
- b. ☐ A apreciação das contas do Prefeito relativas a atos de gestão praticados na qualidade de ordenador de despesas compete, para todos os efeitos, exclusivamente à Câmara Municipal, não dispondo o Tribunal de Contas de competência própria para julgá-las ou sancioná-las.
- c. ☐ O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas anuais do Chefe do Poder Executivo tem natureza vinculante e definitiva, não podendo ser afastado pelo Poder Legislativo competente sob qualquer hipótese.
- d. ☐ Os Conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados não gozam das mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos e vantagens conferidas constitucionalmente aos membros do Poder Judiciário, submetendo-se a regime jurídico próprio e inteiramente distinto.
- e. ☒ O Tribunal de Contas auxilia o Poder Legislativo no exercício do controle externo, emitindo parecer prévio sobre as contas anuais do Chefe do Poder Executivo, parecer esse que, no caso dos municípios, somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

20. Sobre as características e os limites do poder de polícia administrativa, é **correto** afirmar:

- a. ☒ O poder de polícia caracteriza-se pela discricionariedade, pela autoexecutoriedade e pela coercibilidade, sujeitando-se, ainda assim, ao controle de legalidade e de proporcionalidade pelo Poder Judiciário.
- b. ☐ A autoexecutoriedade constitui atributo presente em todo e qualquer ato de polícia administrativa, permitindo à Administração, em qualquer hipótese, executar suas decisões independentemente de prévia autorização judicial.
- c. ☐ A imposição de multa administrativa, por constituir ato de polícia dotado de autoexecutoriedade, permite à Administração proceder à sua cobrança direta, independentemente de inscrição em dívida ativa e execução fiscal.
- d. ☐ O poder de polícia é indelegável, em qualquer circunstância, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração indireta, ainda que prestadoras de serviço público sob concessão ou permissão.
- e. ☐ O exercício do poder de polícia é sempre discricionário, não havendo hipótese em que a atuação da Administração, nessa seara, se encontre vinculada aos termos previamente definidos em lei.

Direito Tributário

10 questões

21. Assinale a alternativa **correta** sobre o imposto seletivo, de competência da União, instituído pela Emenda Constitucional nº 132/2023.

- a. ☐ Na extração de produto sujeito ao imposto seletivo, a cobrança dependerá da destinação conferida ao produto extraído.
- b. ☒ O imposto seletivo não incidirá sobre as exportações nem sobre as operações com energia elétrica e com telecomunicações.
- c. ☐ O imposto seletivo pode incidir mais de uma vez ao longo da cadeia produtiva do mesmo bem ou serviço, conforme dispuser a lei complementar instituidora.
- d. ☐ O imposto seletivo integrará sua própria base de cálculo, ainda que não integre a base de cálculo de outros tributos incidentes sobre a mesma operação.
- e. ☐ As alíquotas do imposto seletivo serão fixadas por lei complementar, não se admitindo sua fixação por lei ordinária.

22. Assinale a alternativa **correta** sobre as imunidades tributárias, conforme disposto na Constituição Federal de 1988 e consolidado pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- a. ☐ A imunidade tributária recíproca estende-se à empresa privada arrendatária de imóvel público, quando exploradora de atividade econômica com fins lucrativos, afastando a incidência do IPTU sobre o imóvel arrendado.
- b. ☐ A imunidade tributária conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos alcança as entidades fechadas de previdência social privada ainda que haja contribuição dos beneficiários.
- c. ☐ Os requisitos substantivos referentes ao modo beneficente de atuação das entidades de assistência social, para fins de imunidade das contribuições para a seguridade social, podem ser instituídos por lei ordinária do ente tributante.
- d. ☒ Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a partidos políticos, entidades sindicais de trabalhadores, além de instituições não lucrativas de educação e assistência social, desde que a renda dos aluguéis seja aplicada nas finalidades essenciais da entidade.
- e. ☐ A imunidade tributária também abrange, para além dos impostos, as taxas e contribuições sobre patrimônio, renda e serviços das entidades beneficiadas.

23. Compreendem os novos princípios do Sistema Tributário Nacional, incluídos pela Emenda Constitucional nº 132/2023:

- a. ☒ Simplicidade, transparência, justiça tributária, cooperação e defesa do meio ambiente.
- b. ☐ Transparência, neutralidade, conformidade, justiça tributária e proteção do meio ambiente.
- c. ☐ Simplicidade, justiça tributária, neutralidade, cooperação e livre concorrência.
- d. ☐ Justiça tributária, cooperação, neutralidade, defesa do meio ambiente e não cumulatividade.
- e. ☐ Simplicidade, não cumulatividade, neutralidade, justiça tributária, proteção do meio ambiente.

24. Assinale a alternativa **correta** sobre a responsabilidade tributária, o lançamento tributário e a constituição do crédito tributário, segundo dispõe o Código Tributário Nacional e a jurisprudência sumulada dos Tribunais.

- a. ☐ A atividade administrativa de lançamento tributário é discricionária, incumbindo à autoridade administrativa constituir o crédito tributário, impulsionada por juízo de necessidade, conveniência e oportunidade.
- b. ☐ Caracteriza crime material contra a ordem tributária, tipificado no ordenamento jurídico, a conduta praticada antes do lançamento definitivo do tributo.
- c. ☒ A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do Fisco.
- d. ☐ Em casos de autolancamento, a entrega pelo contribuinte de declaração reconhecendo débito fiscal não é suficiente para constituir o crédito tributário, exigindo-se necessária notificação do lançamento ao sujeito passivo.
- e. ☐ A competência para constituir o crédito tributário mediante lançamento é sempre concorrente entre a autoridade administrativa e o sujeito passivo.

25. Assinale a alternativa **correta** sobre as taxas, segundo a jurisprudência sumulada do Supremo Tribunal Federal.

- a. ☐ O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa ou tarifa.
- b. ☐ A adoção de elementos da base de cálculo própria de imposto no cálculo de taxa somente é constitucional se autorizada por lei complementar de caráter nacional.
- c. ☐ O serviço de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis não pode ser remunerado mediante taxa, por se tratar de serviço público geral e indivisível.
- d. ☐ A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis é inconstitucional por ausência de referibilidade.
- e. ☒ É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja identidade integral entre uma base e outra.

26. Assinale a alternativa **correta** a respeito da contribuição de melhoria no âmbito do Município de Itajaí, de acordo com o Código Tributário Municipal.

- a. ☐ A contribuição de melhoria incide sobre todo e qualquer imóvel de propriedade do Poder Público, sem exceção.
- b. ☒ Considera-se ocorrido o fato gerador da contribuição de melhoria na data da conclusão da obra realizada pela municipalidade.
- c. ☐ A impugnação apresentada contra os dados constantes do edital suspende o prosseguimento da execução da obra, bem como obsta o lançamento e a cobrança da contribuição de melhoria.
- d. ☐ A contribuição de melhoria será arrecadada em 10 parcelas anuais, na forma e condições regulamentares.
- e. ☐ O cálculo da contribuição de melhoria tem como limite total o dobro da despesa realizada com a execução da obra pública.

27. Assinale a alternativa **correta** a respeito das competências tributárias definidas na Constituição Federal de 1988.

- a. ☐ Os impostos extraordinários instituídos pela União, em caso de guerra externa ou iminência, permanecem vigentes indefinidamente, ainda que cessadas as causas que justificaram a sua criação.
- b. ☐ Os empréstimos compulsórios poderão ser instituídos pela União mediante lei ordinária, diante da urgência associada às situações justificadoras.
- c. ☐ Os Estados e os Municípios possuem competência concorrente com a União para instituir empréstimos compulsórios, unicamente para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública em seus respectivos territórios.
- d. ☐ A instituição de impostos pela União, com fundamento na competência residual, prescinde de lei complementar, bastando lei ordinária, quando o imposto instituído for não cumulativo.
- e. ☒ A União poderá instituir, mediante lei complementar, impostos não previstos nas competências privativas discriminadas na Constituição, desde que não cumulativos e sem fato gerador ou base de cálculo, próprios dos impostos já discriminados.

28. Assinale a alternativa **correta** sobre a repartição constitucional das receitas tributárias, considerada a jurisprudência consolidada em sede de repercussão geral.

- a. ☐ O produto da arrecadação do imposto de renda retido na fonte sobre pagamentos realizados por Estados e Municípios a seus fornecedores e prestadores de serviços pertence exclusivamente à União, por se tratar de imposto de sua competência.
- b. ☐ A previsão constitucional de repartição de receitas tributárias interfere diretamente na competência do ente federativo para instituir e cobrar seus próprios tributos, retirando-lhe a privatividade legislativa sobre a matéria.
- c. ☐ Os Estados e Municípios atuam como meros agentes arrecadadores da União na retenção do imposto de renda na fonte sobre pagamentos que realizam, não lhes assistindo direito próprio sobre o produto arrecadado.
- d. ☐ A repartição de receitas tributárias entre os entes federativos pressupõe, em todos os casos, a edição de convênio específico entre o ente arrecadador e o ente beneficiário.
- e. ☒ Pertence aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços.

29. Assinale a alternativa **correta** sobre a administração tributária, a fiscalização e o sigilo fiscal, de acordo com o Código Tributário Nacional e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal.

- a. ☐ Conforme a jurisprudência, o fornecimento de informações sobre movimentações financeiras dos contribuintes ao Fisco, sem prévia e necessária autorização judicial, viola o direito ao sigilo bancário assegurado constitucionalmente.
- b. ☐ As Fazendas Públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não podem prestar-se assistência mútua para a fiscalização de seus tributos, em razão da autonomia federativa que rege a competência tributária de cada ente.
- c. ☒ É vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros, não se aplicando aos casos de requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça.
- d. ☐ A permuta de informações fiscais entre as Fazendas Públicas dos diferentes entes federativos depende, em qualquer hipótese, de prévia autorização judicial, ainda que prevista em lei ou convênio específico.
- e. ☐ É vedada, em qualquer circunstância, a divulgação pela Fazenda Pública de informações relativas à inscrição do sujeito passivo em dívida ativa, por se tratar de dado protegido pelo sigilo fiscal.

30. Assinale a alternativa **correta** sobre a responsabilidade tributária, segundo dispõe o Código Tributário Nacional e a jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça.

- a. ☐ O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade acarreta, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente, independentemente da prática de qualquer outro ato.
- b. ☒ Os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos.
- c. ☐ A dissolução irregular da sociedade não configura situação apta a legitimar o redirecionamento da execução fiscal ao sócio-gerente, exigindo-se sempre prova de ato ilegal específico, distinto do encerramento irregular das atividades.
- d. ☐ A mudança de domicílio fiscal da empresa, ainda que não informada aos órgãos competentes, não enseja qualquer presunção de dissolução irregular das atividades.
- e. ☐ Para fins tributários, a responsabilidade pessoal dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado decorre do mero exercício do cargo de gestão, independentemente da prática de atos com excesso de poderes ou infração de lei.

Direito Financeiro

5 questões

31. Assinale a alternativa **correta** sobre o processo de elaboração das leis orçamentárias, previsto na Constituição Federal de 1988.

- a. ☒ A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- b. ☐ A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das estatais e o orçamento da seguridade social, abrangendo todos os órgãos da administração direta e indireta.
- c. ☐ É vedado ao Presidente da República, a qualquer tempo, enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos de lei orçamentária, mesmo antes de iniciada a votação, na comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.
- d. ☐ As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias poderão ser aprovadas ainda que incompatíveis com o plano plurianual, por se tratar de instrumentos orçamentários autônomos entre si.
- e. ☐ Os recursos que ficarem sem despesas correspondentes, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, não poderão ser utilizados, sob qualquer hipótese, até o exercício financeiro seguinte.

32. Assinale a alternativa **correta** sobre as etapas da despesa pública disciplinadas pela Lei nº 4.320/1964.

- a. ☐ A liquidação da despesa consiste exclusivamente na emissão da ordem de pagamento em favor de quem de direito, dispensada a verificação do direito adquirido pelo credor.
- b. ☐ O pagamento da despesa pode ser efetuado sem liquidação prévia, desde que autorizado por decreto do Chefe do Poder Executivo, em caráter de urgência.
- c. ☐ É vedada a realização de despesa sem prévio empenho, não se admitindo, em qualquer hipótese, o empenho global de despesas contratuais.
- d. ☒ O empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição, não podendo exceder o limite dos créditos concedidos.
- e. ☐ O pagamento da despesa deve ser efetuado exclusivamente por tesouraria do órgão público, sendo expressamente vedada sua realização por meio de adiantamento, mesmo em casos excepcionais.

33. Analise o texto abaixo:

A respeito da chamada “regra de ouro” das finanças públicas, prevista na Constituição Federal de 1988, é vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas , ressalvadas as autorizadas mediante créditos com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria

Assinale a alternativa que completa **corretamente** as lacunas do texto.

- a. ☐ correntes • extraordinários • relativa
- b. ☐ ordinárias • extraordinários • simples
- c. ☐ de capital • suplementares • absoluta
- d. ☒ de capital • suplementares ou especiais • absoluta
- e. ☐ correntes • especiais ou suplementares • relativa

34. Assinale a alternativa **correta** sobre as competências constitucionais do Tribunal de Contas da União no exercício do controle externo.

- a. ☒ Compete ao Tribunal de Contas da União apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio, e julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta.
- b. ☐ A apreciação pelo Tribunal de Contas da União das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, diversamente do julgamento das contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, fica sempre subordinada à revisão posterior do Congresso Nacional.
- c. ☐ A competência do Tribunal de Contas da União para apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal alcança, sem exceção, as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- d. ☐ As contas prestadas anualmente pelo Presidente da República são julgadas definitivamente pelo Tribunal de Contas da União, cabendo ao Congresso Nacional apenas homologar e dar-lhes publicidade.
- e. ☐ Compete ao Tribunal de Contas da União apreciar previamente a validade de todos os contratos administrativos celebrados pelo Poder Público, conforme determinação textual da ordem constitucional.

35. Em observância à determinação constitucional expressa, dispõe a Lei Complementar nº 101/2000 que a despesa total com pessoal ativo, inativo e pensionistas, em cada período de apuração, não poderá exceder os seguintes percentuais da receita corrente líquida da União, dos Estados e dos Municípios, respectivamente:

- a. ☐ 50% • 40% • 40%
- b. ☒ 50% • 60% • 60%
- c. ☐ 60% • 50% • 60%
- d. ☐ 60% • 60% • 50%
- e. ☐ 60% • 70% • 70%

Direito Econômico

5 questões

36. Assinale a alternativa **correta** sobre os princípios que regem a atividade econômica na ordem constitucional brasileira.

- a. ☐ A redução das desigualdades regionais e sociais compreende princípio da ordem econômica, cuja efetivação compete exclusivamente à União, em face da estrita correlação com a soberania nacional.
- b. ☐ A livre concorrência e a defesa do consumidor constituem, para fins de ordem econômica, um princípio único e incindível, diante da relação de complementariedade direta entre a repressão ao abuso do poder econômico e a proteção do consumidor final.
- c. ☐ Constitui princípio da ordem econômica o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte, ainda que constituídas sob as leis de outro país, desde que mantenham sua sede e administração no território nacional.
- d. ☒ Constitui princípio da ordem econômica a defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
- e. ☐ A função social da propriedade, embora prevista entre os direitos e garantias fundamentais, não figura expressamente entre os princípios gerais da atividade econômica, que se limitam à propriedade privada.

37. Assinale a alternativa **correta** considerando a distinção constitucional entre serviço público e atividade econômica em sentido estrito.

- a. ☐ É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica e a prestação de serviços públicos, independentemente de autorização de órgãos públicos.
- b. ☐ A prestação de serviços públicos pelo Poder Público, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, dar-se-á sempre através de licitação, cabendo à lei dispor sobre os deveres dos usuários e a política tributária.
- c. ☐ É livre a exploração de atividade econômica em sentido estrito, independentemente de autorização de órgãos públicos, exceto nos casos previstos necessariamente em lei complementar federal.
- d. ☐ A distinção entre serviço público e atividade econômica em sentido estrito é irrelevante para fins de regime jurídico das empresas estatais, uma vez que a ordem constitucional submete ambas, sem exceção, ao regime próprio das empresas privadas.
- e. ☒ As empresas públicas e sociedades de economia mista que exploram atividade econômica em sentido estrito não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado, não se aplicando essa restrição, contudo, às entidades prestadoras de serviço público em regime de exclusividade.

38. Assinale a alternativa **correta** sobre a estrutura orgânica do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), nos termos da Lei nº 12.529/2011.

- a. ☐ A Superintendência-Geral é dirigida por um Superintendente-Geral e por dois Superintendentes-Adjuntos, nomeados pelo Presidente da República para mandato de quatro anos, permitida uma recondução.
- b. ☐ O Departamento de Estudos Econômicos é dirigido por Economista-Chefe, nomeado pelo Presidente da República dentre economistas de notório saber, para mandato de quatro anos.
- c. ☐ A Procuradoria Federal junto ao CADE integra a estrutura do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, subordinando-se hierárquica e funcionalmente ao Presidente do Tribunal.
- d. ☒ O Tribunal Administrativo de Defesa Econômica é composto por um Presidente e seis Conselheiros, escolhidos dentre cidadãos com mais de 30 anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico e de reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Senado Federal, para mandato de quatro anos, vedada a recondução.
- e. ☐ No exercício de suas atribuições judicantes, o CADE sujeita-se a recurso hierárquico impróprio dirigido ao Ministro da Justiça, quanto às decisões proferidas pelo Tribunal Administrativo de Defesa Econômica.

39. Assinale a alternativa **correta** sobre a atuação municipal em matéria de ordem econômica e livre concorrência, a partir da jurisprudência consolidada dos Tribunais.

- a. ☐ É constitucional lei municipal que restringe a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área, por se tratar de matéria de interesse local, cuja disciplina é insuscetível de controle sob o prisma da livre concorrência.
- b. ☐ Compete aos Municípios legislar privativamente sobre defesa da concorrência, em razão da competência para legislar sobre assuntos de interesse local, não se aplicando a disciplina federal a agentes econômicos com atuação no âmbito municipal.
- c. ☒ Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
- d. ☐ A competência municipal para ordenar o uso do solo urbano autoriza o Município a estabelecer reserva de mercado em favor de estabelecimentos preexistentes, sem que tal medida configure violação a princípio constitucional.
- e. ☐ A competência municipal para disciplinar o uso do solo urbano sempre prevalece sobre o princípio da livre concorrência, desde que haja interesse local devidamente motivado em lei.

40. Assinale a alternativa **correta** considerando os critérios consequencialistas incorporados à interpretação e aplicação de normas de gestão pública, como expressão da racionalidade econômica no processo decisório administrativo.

- a. ☒ Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.
- b. ☐ A decisão que decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa está dispensada de indicar suas consequências jurídicas e administrativas, bastando a demonstração da ilegalidade do ato invalidado.
- c. ☐ Na interpretação de normas sobre gestão pública, não serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, de modo a preservar a exigência de estrita conformidade da conduta administrativa aos comandos da lei.
- d. ☐ A revisão de decisão administrativa cujos efeitos já tenham se esaurido deverá desconsiderar as orientações gerais vigentes à época da prática do ato, aplicando-se estritamente o entendimento vigente ao tempo da revisão.
- e. ☐ A responsabilização pessoal do agente público por suas decisões ou opiniões técnicas prescinde da demonstração de dolo ou de erro grosseiro, bastando o simples nexo de causalidade entre a conduta e o dano ao erário.

Direito Ambiental

5 questões

41. Assinale a alternativa que indica **corretamente** o percentual da propriedade rural que deverá ser mantida a vegetação nativa intacta para fins de proteger a natureza e a biodiversidade, respectivamente, em áreas de floresta na Amazônia Legal, no cerrado na Amazônia Legal e em áreas de floresta ou demais regiões do país.

- a. ☐ 50% • 25% • 20%
- b. ☐ 75% • 15% • 10%
- c. ☐ 75% • 35% • 10%
- d. ☒ 80% • 35% • 20%
- e. ☐ 85% • 25% • 20%

42. Assinale a alternativa que indica **corretamente** o conceito de adaptação de acordo com a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

- a. ☐ grau de suscetibilidade e incapacidade de um sistema de lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, entre os quais a variabilidade climática e os eventos extremos.
- b. ☒ iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima.
- c. ☐ mudanças e substituições tecnológicas que reduzam o uso de recursos e as emissões por unidade de produção, bem como a implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros.
- d. ☐ mudanças no meio físico ou biota resultantes da mudança do clima que tenham efeitos deletérios significativos sobre a composição, resiliência ou produtividade de ecossistemas naturais.
- e. ☐ processo ou atividade que libere na atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa.

43. De acordo com a Lei de Parcelamento do Solo, a infraestrutura básica dos parcelamentos situados nas zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social consistirá, no mínimo, de:

1. vias de circulação.
2. rede para o abastecimento de água potável;
3. áreas verdes e de lazer.
4. soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. ☐ São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- b. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- c. ☒ São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- d. ☐ São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. ☐ São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

44. É **correto** afirmar, de acordo com o Código Florestal Brasileiro:

- a. ☐ A exportação de plantas vivas e outros produtos da flora dependerá de licença do órgão ambiental do município em que ocorrerá a comercialização dos produtos.
- b. ☐ O comércio de plantas vivas e outros produtos oriundos da flora nativa é permitido independentemente de autorização prévia, devendo o vendedor estar previamente cadastrado no órgão ambiental competente.
- c. ☐ O corte ou a exploração de espécies nativas plantadas em área de uso alternativo do solo dependerá de autorização prévia, devendo, ainda, o plantio ou reflorestamento ser previamente declarado ao órgão ambiental competente para fins de controle de origem.
- d. ☐ É vedada a extração de lenha e demais produtos de florestas plantadas, ainda que dentro de áreas não consideradas Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.
- e. ☒ O controle da origem da madeira, do carvão e de outros produtos ou subprodutos florestais incluirá sistema nacional que integre os dados dos diferentes entes federativos, coordenado, fiscalizado e regulamentado pelo órgão federal competente do Sisnama.

45. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Estatuto da Cidade.

- a. ☐ Para fins de utilização compulsória do imóvel, é vedada a citação do proprietário por meio de edital.
- b. ☒ Considera-se subutilizado o imóvel cujo aproveitamento seja inferior ao mínimo definido no plano diretor ou em legislação dele decorrente.
- c. ☐ As obrigações relativas ao parcelamento, edificação ou utilização compulsória de áreas urbanas são pessoais, não podendo ser transmitidas por ato inter vivo ou causa mortis.
- d. ☐ Após notificado da utilização irregular de imóvel, o proprietário deverá protocolar projeto de adequação no prazo máximo de dois anos a partir da notificação.
- e. ☐ Os empreendimentos de grande porte, dada a excepcionalidade e o potencial benefício local, não estarão sujeitos à determinação de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado.

Legislação Municipal e Institucional

5 questões

46. Assinale a alternativa **correta** conforme disposto na Lei Orgânica do Município de Itajaí.

- a. ☐ Fica fixado em 17 o número de vereadores para a Câmara Municipal.
- b. ☐ A criação, a organização e a supressão de distritos dependem de Lei Municipal, observada a legislação federal.
- c. ☐ A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta de três quintos, no mínimo, dos membros da Câmara.
- d. ☒ É da competência exclusiva da Câmara Municipal propor a criação ou a extinção de cargos dos serviços administrativos internos e a fixação dos respectivos vencimentos.
- e. ☐ Compete ao Município, sempre em comum com a União e o Estado, planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas.

47. Assinale a alternativa **correta** a respeito da licença para tratar de interesse particular, de acordo com a Lei nº 2.960/1995, que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos civis da administração direta, das autarquias e fundações públicas do Município de Itajaí.

- a. ☐ O servidor não poderá obter nova licença para tratar de interesse particular antes de decorridos 3 anos do término da anterior.
- b. ☒ O servidor não poderá solicitar o seu retorno ao serviço antes de findo o prazo pelo qual foi concedida a licença.
- c. ☐ O período da licença para tratar de interesse particular será considerado no computo para efeitos de aposentadoria ou de promoção.
- d. ☐ É vedado à autoridade administrativa cassar a licença deferida e determinar que o servidor reassuma o exercício do cargo.
- e. ☐ Ao servidor estável poderá ser concedida licença para tratar de interesse particular, com remuneração, por período não superior a 2 anos.

48. Assinale a alternativa **correta** relativamente ao cargo de Assistente Jurídico, nos termos da Lei Complementar nº 131/2008, que dispõe sobre a organização, o funcionamento e as atribuições da Procuradoria-Geral do Município de Itajaí.

- a. ☒ As vantagens de caráter pessoal integrarão a remuneração para fins previdenciários.
- b. ☐ Compete ao Assistente Jurídico classificar e autuar processos, bem como realizar estudos, pesquisas e rotinas administrativas.
- c. ☐ O cargo de Assistente Jurídico é lotado na Procuradoria-Geral do Município, em regime de 40 horas semanais, sem dedicação exclusiva.
- d. ☐ O Assistente Jurídico que possuir curso em nível de pós-graduação lato sensu ou stricto sensu na respectiva área de atuação fará jus a adicional de especialização à ordem de 25% sobre o vencimento fixo.
- e. ☐ Cada Procurador do Município terá designado para atuar em seu Gabinete três Assistentes Jurídicos.

49. Assinale a alternativa **correta** com base na Lei Complementar nº 29/2003, que dispõe sobre as normas relativas ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

- a. ☐ A base de cálculo do imposto é o preço do serviço, assim compreendido com a receita líquida a ele correspondente.
- b. ☒ O imposto será apurado, mensalmente, pelo próprio sujeito passivo, quando proporcional à receita bruta.
- c. ☐ O imposto não incide sobre as exportações de serviços para o exterior do País e nem sobre o serviço proveniente do exterior do País, ou cuja prestação lá tenha se iniciado.
- d. ☐ O serviço considera-se prestado, e o imposto devido, sem qualquer exceção, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador.
- e. ☐ O sujeito passivo do imposto é o contribuinte ou o responsável, sendo qualificado como "responsável" o prestador do serviço sujeito à incidência do imposto.

50. Considerando o disposto no Código Tributário do Município de Itajaí, instituído pela Lei Complementar nº 20/2002, verificada a violação a dispositivos da legislação tributária, por ação ou omissão, ainda que não importe em evasão fiscal, lavrar-se-á o respectivo Auto de Infração.

Nesses casos, se o interessado reconhecer a procedência da autuação, efetuando o pagamento das importâncias exigidas, o valor da multa será reduzido em, quando o pagamento for efetuado no curso da análise da impugnação de primeira instância.

Assinale a alternativa que completa **corretamente** a lacuna do texto.

- a. ☐ 10%.
- b. ☐ 25%.
- c. ☐ 30%.
- d. ☒ 35%.
- e. ☐ 50%.

GRUPO II

Direito Civil

8 questões

51. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

- a. ☐ Para incentivar práticas consensuais de resolução de litígio, nos contratos consumeristas, a utilização da arbitragem é compulsória.
- b. ☒ Desde que igualmente prevista para ambas as partes, fornecedor e consumidor, é lícita a cláusula que preveja a rescisão unilateral do contrato de consumo.
- c. ☐ A manutenção econômico-financeira do contrato de consumo será mantida com a permissão de o fornecedor, direta ou indiretamente, aplicar a variação do preço do contrato de maneira unilateral.
- d. ☐ Para resguardar a atividade econômica e empresarial, o contrato de consumo poderá atribuir a terceiro a responsabilidade pelo fato ou vício do produto.
- e. ☐ A inversão do ônus da prova é uma técnica processual que visa oportunizar que o consumidor tenha o direito de provar as condições do negócio pactuado.

52. Assinale a alternativa correta.

- a. ☐ A posse direta anula, automaticamente, a posse indireta.
- b. ☐ Considera-se detentor da posse aquele que a exerce à revelia do possuidor indireto.
- c. ☒ Salvo prova em contrário, entende-se manter a posse o mesmo caráter com que foi adquirida.
- d. ☐ Somente será considerado possuidor aquele que reunir de fato todos os poderes inerentes à propriedade.
- e. ☐ É justa a posse em que o possuidor, mesmo ciente, ignora que ela foi adquirida de forma clandestina ou violenta.

53. Assinale a alternativa correta.

- a. ☒ O dano moral está inserido no conceito de ato ilícito.
- b. ☐ Somente estará caracterizada a prática de ato ilícito quando o agente praticar o dano a outrem de forma dolosa.
- c. ☐ No ato ilícito, o termo inicial da mora será a data em que foi efetivamente reconhecida a prática do ato danoso.
- d. ☐ Não pratica ato ilícito o agente que causa dano a terceiro para contestar uma agressão.
- e. ☐ Não se pune o excesso quando a sua prática teve por origem repelir a prática de um ato ilícito.

54. São nulos os negócios jurídicos quando:

1. tiver por objetivo fraudar lei imperativa.
2. não revestir a forma prescrita em lei.
3. celebrados por pessoa absolutamente incapaz.
4. praticados sob coação.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- a. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- b. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- c. ☐ São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- d. ☒ São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- e. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.

55. Assinale a alternativa que indica corretamente os requisitos necessários para que seja possível extinguir obrigações por meio da compensação.

- a. ☐ dívidas líquidas, a vencer e de coisas fungíveis
- b. ☐ dívidas ilíquidas, a vencer e de coisas infungíveis
- c. ☐ dívidas líquidas, vencidas e de coisas infungíveis
- d. ☐ dívidas ilíquidas, vencidas e de coisas fungíveis
- e. ☒ dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis

56. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a curatela afetará tão somente os atos relacionados:

1. ao patrimônio.
2. ao trabalho.
3. à saúde.
4. à educação.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- a. ☒ É correta apenas a afirmativa 1.
- b. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- c. ☐ São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- d. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- e. ☐ São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

57. Assinale a alternativa correta de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

- a. ☐ A função de conselheiro tutelar é honorífica e não deve ser remunerada.
- b. ☒ O membro do Conselho Tutelar deve residir no município onde exerce a sua função.
- c. ☐ O mandato de conselheiro tutelar é de dois anos, permitida recondução por novo processo de escolha.
- d. ☐ O Conselho Tutelar é órgão permanente, jurisdicional e autônomo, responsável por zelar pelos direitos das crianças e dos adolescentes.
- e. ☐ A posse do membro do Conselho Tutelar ocorrerá no dia dez de fevereiro do ano subsequente ao processo de escolha.

58. Assinale a alternativa que indica **corretamente** o ente público que poderá legislar para dispor sobre as condições para o exercício da gratuidade nos meios de transporte coletivos urbanos e semiurbanos para as pessoas compreendidas na faixa etária entre 60 e 65 anos.

- a. ☐ exclusivamente a União.
- b. ☐ exclusivamente os Estados.
- c. ☐ exclusivamente os Municípios.
- d. ☒ Estados e Municípios.
- e. ☐ União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Direito Processual Civil

8 questões

59. O redimensionamento do princípio do contraditório tem como efeito:

- a. ☒ incluir o juiz na relação dialética entre as partes.
- b. ☐ estabelecer a boa-fé subjetiva na conduta das partes.
- c. ☐ obrigar o juiz e os tribunais a atender, impreterivelmente, a ordem cronológica de conclusão.
- d. ☐ autorizar o juiz a decidir, sem oitiva das partes, em relação às matérias sobre a qual deva decidir de ofício.
- e. ☐ impor, limitadamente às partes, a atuação cooperativa para obtenção de decisão de mérito justa e efetiva.

60. Sobre a incompetência processual, é **correto** afirmar:

- a. ☐ a incompetência absoluta deve ser alegada em preliminar de contestação e, a relativa, em exceção de incompetência.
- b. ☐ a incompetência relativa deve ser alegada em preliminar de contestação e, a absoluta, em exceção de incompetência.
- c. ☒ a incompetência absoluta ou relativa será alegada como preliminar de contestação.
- d. ☐ Após manifestação da parte contrária, o juiz deverá intimar o suscitante da alegação de incompetência.
- e. ☐ o reconhecimento da incompetência afasta direta e automaticamente os efeitos da decisão proferida pelo juízo incompetente.

61. Assinale a alternativa **correta** sobre litisconsórcio.

- a. ☐ os prazos processuais para os litisconsortes são contados em dobro.
- b. ☐ considera-se litisconsorte da parte principal o assistente simples.
- c. ☐ a sentença de mérito será ineficaz se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo.
- d. ☒ o litisconsórcio facultativo multitudinário, quando dificultar o cumprimento da sentença, autoriza o juiz a limitar o número de litigantes.
- e. ☐ no litisconsórcio necessário os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.

62. No regime processual das funções essenciais à justiça, os entes representados pela advocacia pública têm as seguintes prerrogativas:

- a. ☒ prazo em dobro, intimação pessoal por carga, remessa ou meio eletrônico.
- b. ☐ prazo próprio em dobro, intimação pessoal por carga, remessa ou meio eletrônico.
- c. ☐ prazo em dobro em dias úteis, intimação pessoal pelo Diário da Justiça Eletrônico Nacional (DJEN).
- d. ☐ prazo em dobro em dias corridos, intimação pessoal pelo Diário da Justiça Eletrônico Nacional (DJEN).
- e. ☐ prazo em dobro, quando litisconsorte, intimação pessoal por carga, remessa ou meio eletrônico.

63. É **correto** afirmar que a tutela provisória:

- a. ☐ fundada na evidência, pode ser concedida de forma cautelar ou antecipada.
- b. ☐ tem como característica a infungibilidade entre a tutela cautelar e a antecipada.
- c. ☒ requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas.
- d. ☐ inibitória é necessária à demonstração da ocorrência de dano.
- e. ☐ de evidência, pode tornar-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso.

64. Nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, é **correto** afirmar:

- a. ☒ não haverá reexame necessário.
- b. ☐ é vedada a concessão de tutela provisória.
- c. ☐ a competência é para processar e julgar causas de até 40 salários mínimos.
- d. ☐ incluem-se as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos.
- e. ☐ contam-se em dobro os prazos para as pessoas jurídicas de direito público.

65. O incidente de assunção de competência é admissível quando:

- a. ☐ necessária a preservação da competência do tribunal.
- b. ☐ há conflito de competência, em que 2 (dois) ou mais juízes se declaram competentes.
- c. ☐ há conflito de competência, em que 2 (dois) ou mais juízes se consideram incompetentes, atribuindo um ao outro a competência.
- d. ☐ o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com repetição em múltiplos processos.
- e. ☒ ocorrer relevante questão de direito a respeito da qual seja conveniente a prevenção ou a composição de divergência entre câmaras ou turmas do tribunal.

66. Não se concederá mandado de segurança quando se tratar:

- a. ☐ de ato realizado passível de *habeas data*.
- b. ☐ de decisão judicial passível de recurso sem efeito suspensivo.
- c. ☐ de ato administrativo realizado por presidente de tribunal.
- d. ☒ de atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas.
- e. ☐ de ato do qual caiba recurso administrativo sem efeito suspensivo, independentemente de caução.

Direito Empresarial

7 questões

67. A Lei de Recuperação Judicial, Recuperação Extrajudicial e Falência não tem aplicação a:

1. sociedade de economia mista.
2. empresa pública.
3. empresário individual.
4. cooperativa de crédito.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- b. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- c. ☒ São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- d. ☐ São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. ☐ São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

68. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei de Recuperação Judicial, Recuperação Extrajudicial e Falência.

- a. ☐ Durante o processo falimentar, a sociedade falida será representada pelo conjunto formado pelos mais credores do empreendedor falido.
- b. ☐ Os efeitos da decretação da falência serão extensíveis aos sócios de responsabilidade limitada, aos controladores e aos administradores da sociedade falida.
- c. ☐ O afastamento do devedor de suas atividades junto à empresa falida tem como objetivo impossibilitar o retorno do empreendedor falido à atividade econômica.
- d. ☐ A falência ocorrerá por meio de um processo de natureza inquisitiva, sendo mitigadas a aplicação dos princípios do contraditório e da ampla defesa.
- e. ☒ A falência é mecanismo de preservação de benefícios econômicos e sociais decorrentes da atividade empresarial, por meio da liquidação imediata do devedor e da rápida realocação útil de ativos na economia.

69. Assinale a alternativa **correta** acerca do estabelecimento comercial.

- a. ☐ O estabelecimento deverá coincidir e retratar o local onde a atividade empresarial é desenvolvida.
- b. ☐ A atividade empresarial desenvolvida em meio virtual deverá adotar a forma de estabelecimento comercial online, isto é, por meio de um endereço eletrônico na rede mundial de computadores.
- c. ☒ Quando o local onde se exerce a atividade empresarial for físico, a fixação do horário de funcionamento competirá ao Município.
- d. ☐ A alienação do estabelecimento empresarial impossibilita o seu adquirente de exercer o mesmo ramo de atividade pelo prazo de dez anos.
- e. ☐ Apenas os bens móveis corpóreos compõem o estabelecimento empresarial, estando afastados do conceito legal os bens imateriais e incorpóreos.

70. De acordo com o direito empresarial, é **correto** afirmar que:

- a. ☒ A sociedade limitada pode ser constituída por uma ou mais pessoas.
- b. ☐ Nos casos omissos, a sociedade limitada será regida de acordo com as normas gerais das sociedades anônimas.
- c. ☐ O capital social das sociedades limitadas deverá ser dividido em quotas sociais de igual valor, cabendo uma ou diversa, a depender do aporte financeiro, a cada um dos sócios.
- d. ☐ Ao sócio de uma sociedade limitada será facultada a integralização do capital social por meio de pecúnia ou pela prestação de serviço que tenha aderência ao objeto social da atividade empresarial.
- e. ☐ A responsabilidade do sócio na sociedade de responsabilidade limitada será sempre correspondente ao valor da sua participação societária.

71. Assinale a alternativa que indica **corretamente** o princípio dos títulos de créditos que corresponde ao direito de exercício do que está consignado no título, independentemente das relações comerciais que deram origem à sua emissão, ou seja, anteriores à posse da cártula pelo atual credor.

- a. ☐ princípio da autonomia
- b. ☐ princípio da cartularidade
- c. ☐ princípio da independência
- d. ☐ princípio da literalidade
- e. ☒ princípio da abstração

72. Assinale a alternativa **correta** acerca de acordo com o direito empresarial.

- a. ☐ Na sociedade em comum, os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial da sociedade, respondendo os sócios de forma limitada e subsidiária pelas obrigações advindas da atividade empresarial.
- b. ☐ A sociedade empresarial constituída para o exercício de atividade econômica deverá descrever, de forma clara e objetiva, um único negócio a ser futuramente exercido pelos seus sócios.
- c. ☐ A sociedade em conta de participação adquire personalidade jurídica com a inscrição, no registro próprio e na forma da lei, dos seus atos constitutivos.
- d. ☒ A sociedade simples que instituir sucursal, filial ou agência na circunscrição de outro Registro Civil das Pessoas Jurídicas, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária.
- e. ☐ Na sociedade simples, a cessão total ou parcial de quota terá efeitos imediato em relação à sociedade, respondendo o cedente solidariamente com o cessionário, perante terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio, pelo prazo de cinco anos.

73. Assinale a alternativa **correta** acerca das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

- a. ☐ A empresa pública deverá obrigatoriamente ser constituída sob a forma de companhia ou sociedade anônima.
- b. ☒ Uma empresa pública poderá ser formada pelo capital de um ou mais ente público.
- c. ☐ A sociedade de economia mista poderá ser criada por meio de lei, com personalidade jurídica de direito público, sob a forma obrigatória de companhia ou sociedade anônima.
- d. ☐ As empresas públicas e as sociedades de economia mista, criadas por meio de lei, desempenham atividade de natureza interna do ente público que as criaram.
- e. ☐ As empresas públicas detêm personalidade jurídica de direito público, enquanto a sociedade de economia mista poderá adotar a personalidade jurídica pública ou privada, a depender das atividades que irá desenvolver.

Direito Penal

6 questões

74. Assinale a alternativa **correta** no que se refere aos crimes contra a honra.

- a. ☒ A pessoa jurídica poderá ser sujeito passivo do crime de difamação.
- b. ☐ O morto não poderá ser sujeito passivo ou ativo do crime de calúnia.
- c. ☐ A imputação falsa, ou sua propalação, de crime ou contravenção penal praticado pela vítima configura a prática do crime de calúnia.
- d. ☐ Nos crimes contra a honra, a exceção da verdade é o incidente processual que busca demonstrar que a imputação atribuída a terceiro é falsa.
- e. ☐ No crime de injúria, o bem jurídico tutelado é a honra objetiva, que consiste na boa reputação que a vítima possui na sociedade ou dentro da comunidade em que habita.

75. Sobre a suspensão condicional da pena, é **correto** afirmar que:

- a. ☐ É cabível a suspensão condicional da pena restritiva de direitos não superior a dois anos.
- b. ☐ No primeiro ano de suspensão da pena, o condenado deverá, obrigatoriamente, prestar serviços à comunidade.
- c. ☒ É causa de revogação obrigatória do benefício processual, a frustração, embora solvente, do pagamento da pena de multa ou da não reparação do dano.
- d. ☐ A suspensão condicional da pena poderá ser revogada caso o apenado seja novamente condenado, em sentença irrecorrível, pela prática de crime doloso.
- e. ☐ O apenado maior de sessenta anos poderá ter a pena suspensa, desde que não tenha sofrido condenação penal superior a quatro anos.

76. De acordo com a Lei de abuso de autoridade, constituem dolo específico do crime de abuso de autoridade:

1. satisfazer desejo pessoal.
2. agir por capricho pessoal.
3. Intenção de prejudicar terceiro.
4. Intenção de beneficiar terceiro.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. ☐ São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- b. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- c. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- d. ☐ São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. ☒ São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

77. Analise o texto abaixo:

A pena de multa aplicada para os crimes de licitações e contratos administrativos não poderá ser do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Assinale a alternativa que completa **corretamente** a lacuna do texto.

- a. ☐ inferior a 1%
- b. ☒ inferior a 2%
- c. ☐ inferior a 3%
- d. ☐ superior a 5%
- e. ☐ superior a 10%

78. Assinale a alternativa **correta** acerca da ação penal.

- a. ☒ O direito de queixa poderá ser objeto de renúncia tácita.
- b. ☐ Os sucessores da pessoa ofendida não possuem legitimidade para apresentar representação para fins de ação penal condicionada.
- c. ☐ Em havendo mais de um autor do crime, o ofendido poderá escolher contra qual irá oferecer queixa na ação penal privada exclusiva.
- d. ☐ Ocorrerá a extinção da punibilidade do autor do crime, caso o ofendido abandone ou desista de prosseguir na ação penal privada subsidiária da pública.
- e. ☐ No curso da ação penal, poderá o ofendido assumir a titularidade da ação, caso verificada a inércia do órgão ministerial por prazo superior a seis meses.

79. Assinale a alternativa que indica **corretamente** o instituto de direito penal que consiste no fato em que o agente criminoso durante a prática do ato ilícito, mesmo podendo, abstém-se, por vontade própria, de concluir todos os atos que planejava.

- a. ☐ tentativa formal
- b. ☐ tentativa informal
- c. ☒ desistência voluntária
- d. ☐ arrependimento eficaz
- e. ☐ arrependimento posterior

Direito Processual Penal

6 questões

80. Assinale a alternativa **correta** sobre as citações e intimações no processo penal.

- a. ☐ O réu preso poderá ser citado por meio do diretor da unidade prisional.
- b. ☐ Durante o curso da ação penal, as intimações deverão sempre ser feitas na pessoa do acusado.
- c. ☐ Após frustrada a tentativa de citação pessoal do acusado, deverá o juiz nomear defensor dativo para representar o réu na ação penal.
- d. ☒ Sob pena de nulidade do ato, é obrigatória a inclusão do nome do acusado nas intimações do defensor constituído.
- e. ☐ O Ministério Público será intimado pelo órgão de publicação oficial incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca.

81. Assinale a alternativa que indica **corretamente** o prazo para interposição de agravo contra decisão do juiz da execução penal.

- a. ☐ três dias
- b. ☒ cinco dias
- c. ☐ sete dias
- d. ☐ dez dias
- e. ☐ quinze dias

82. Assinale a alternativa que indica **corretamente** o elemento da cadeia de custódia que consiste em todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.

- a. ☐ coleta
- b. ☐ indício
- c. ☒ vestígio
- d. ☐ documento
- e. ☐ corpo de delito

83. Assinale a alternativa **correta** acerca da investigação criminal.

- a. ☐ Somente o delegado de polícia poderá dar início à investigação para apurar a prática um crime.
- b. ☐ A apuração de infrações penais após o conhecimento da prática de um ilícito é de natureza jurídica, essencial e exclusiva de Estado, cabendo à polícia militar local investigá-las.
- c. ☐ O indiciamento do acusado dar-se-á por ato fundamentado da polícia civil, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias.
- d. ☐ Sob pena de nulidade, a investigação criminal deverá observar os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- e. ☒ Durante a investigação criminal, cabe ao delegado de polícia a requisição de perícia, informações, documentos e dados que interessem à apuração dos fatos.

84. De acordo com a Lei de Interceptação Telefônica, não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

1. não houver indícios razoáveis da autoria em infração penal.
2. a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.
3. o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.
4. não houver indícios razoáveis de participação no crime.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- b. ☐ São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- c. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- e. ☒ São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

85. Acerca das medidas cautelares no processo penal, é **correto** afirmar que:

- a. ☐ O caráter instrumental da medida cautelar autoriza a sua manutenção por tempo indeterminado.
- b. ☒ Somente o juiz tem competência para impor ou ordenar o cumprimento de uma medida cautelar.
- c. ☐ Em razão da sua desvinculação com a ação penal, a medida cautelar poderá ser mais gravosa que a penal final imposta.
- d. ☐ A medida cautelar não precisa estar relacionada a um fato típico, bastando meras presunções para a sua aplicação.
- e. ☐ A medida cautelar constitui ato processual de exceção, não podendo ser aplicada cumulativamente a qualquer outra espécie de pena.

GRUPO III

Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho

5 questões

86. Assinale a alternativa **correta** acerca do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

- a. ☐ As despesas porventura exigidas para o comparecimento dos conselheiros às reuniões do Conselho Curador serão arcadas com os rendimentos do fundo.
- b. ☐ A Presidência do Conselho Curador será exercida pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho ou representante por ele indicado.
- c. ☐ As decisões do Conselho Curador serão tomadas pela maioria absoluta dos seus membros, votando o presidente apenas em caso de empate.
- d. ☒ O Conselho Curador reunir-se-á ordinariamente, a cada bimestre, por convocação de seu Presidente.
- e. ☐ O Conselho Curador do fundo será composto por representantes da classe trabalhadora e patronal, na forma estabelecida por decreto da Presidência da República.

87. Assinale a alternativa **correta** acerca da jornada de trabalho.

- a. ☐ As horas suplementares à duração do trabalho semanal normal serão pagas com o acréscimo de cinquenta por cento sobre o salário mínimo.
- b. ☐ Somente será lícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo coletivo ou fixado por meio de sentença normativa.
- c. ☐ A jornada de trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares de maneira que não exceda o limite diário de dez horas.
- d. ☐ Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a vinte e quatro horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até dez horas suplementares semanais.
- e. ☒ É facultado ao empregado contratado sob regime de tempo parcial converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário.

88. São órgãos da Justiça do Trabalho:

1. Tribunal Superior do Trabalho.
2. Supremo Tribunal Federal.
3. Juízes do Trabalho.
4. Tribunal Regional do Trabalho.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- b. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- c. ☒ São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- d. ☐ São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. ☐ São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

89. Acerca do dissídio individual no procedimento sumaríssimo, poderão ser partes no procedimento sumaríssimo na Justiça do Trabalho:

1. Autarquias.
2. Empresa pública.
3. Administração direta.
4. Sociedade de economia mista.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**

- a. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- b. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- c. ☒ São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- d. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- e. ☐ São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

90. Sobre as provas no processo do trabalho, é **correto** afirmar:

- a. ☒ As testemunhas comparecerão à audiência independentemente de notificação ou intimação.
- b. ☐ Cada parte poderá indicar até cinco testemunha para cada fato a ser comprovado.
- c. ☐ As testemunhas serão inquiridas diretamente por seus representantes ou advogados, podendo o juiz, caso permaneça com alguma dúvida, reinquiri-las.
- d. ☐ Para evitar contrariedade e repetição de perguntas, as testemunhas deverão presenciar os depoimentos ao longo da audiência de instrução.
- e. ☐ É vedado falar nos autos a testemunha que for parente até o terceiro grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes.

Direito da Seguridade Social

5 questões

91. Assinale a alternativa **correta** sobre os objetivos que devem orientar a organização da seguridade social pelo Poder Público, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988.

- a. ☐ A equidade na forma de participação no custeio das iniciativas é objetivo que se aplica exclusivamente à previdência social, não alcançando o financiamento da saúde e da assistência social.
- b. ☒ Constituem objetivos de organização da seguridade social a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, bem como a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- c. ☐ A diversidade da base de financiamento da seguridade social constitui objetivo que veda, em qualquer hipótese, o caráter contributivo da previdência social, uma vez que se trata de subsistema não contributivo dentro da seguridade social.
- d. ☐ O caráter democrático e descentralizado da administração da seguridade social é assegurado exclusivamente por meio da participação dos trabalhadores e do Governo nos órgãos colegiados, não se estendendo aos empregadores e aos aposentados.
- e. ☐ A irredutibilidade do valor dos benefícios é objetivo que assegura a permanente progressão do poder aquisitivo por meio de aumento automático e anual, conforme expressamente estabelecido no próprio texto constitucional.

92. Assinale a alternativa **correta** a respeito do financiamento da seguridade social e das contribuições sociais previstas na Constituição Federal de 1988.

- a. ☐ As contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social podem ser exigidas imediatamente após a publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando a regra da anterioridade geral e da anterioridade nonagesimal.
- b. ☐ São isentas de contribuição para a seguridade social todas as entidades sem fins econômicos, independentemente do atendimento a exigências legais específicas.
- c. ☐ A seguridade social será financiada exclusivamente por contribuições sociais dos empregadores e dos trabalhadores, não se admitindo recursos provenientes dos orçamentos fiscais dos entes federativos.
- d. ☐ As contribuições sociais destinadas à seguridade social submetem-se, cumulativamente, à regra geral de anterioridade do exercício financeiro e à anterioridade nonagesimal, a exemplo dos demais tributos.
- e. ☒ Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

93. Assinale a alternativa **correta** sobre a manutenção da qualidade de segurado no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

- a. ☐ O período de graça de até doze meses após a cessação das contribuições não admite qualquer prazo de prorrogação, mesmo que o segurado já tenha efetuado o pagamento de mais de cento e vinte contribuições mensais sem interrupção.
- b. ☐ A prorrogação do período de graça por doze meses, para o segurado desempregado, independe de comprovação da situação perante o órgão próprio do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.
- c. ☒ Mantém a qualidade de segurado, sem limite de prazo, independentemente de contribuições, quem está em gozo de benefício, ressalvado o auxílio-acidente.
- d. ☐ Durante todo o período de graça, o segurado mantém a qualidade de segurado, mas perde o direito aos benefícios previdenciários, que somente serão restabelecidos após nova filiação e cumprimento integral de nova carência.
- e. ☐ Havendo perda da qualidade de segurado, as contribuições anteriores serão computadas integralmente para efeito de carência, em especial para fins da concessão dos benefícios de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez, independentemente de qualquer novo período contributivo.

94. Assinale a alternativa **correta** a respeito do benefício de prestação continuada da assistência social, nos termos previstos na legislação.

- a. ☐ O benefício de prestação continuada pode ser acumulado, sem qualquer restrição, com quaisquer outros benefícios no âmbito da seguridade social ou de outro regime.
- b. ☐ A condição de acolhimento em instituição de longa permanência prejudica e afasta o direito da pessoa idosa ou com deficiência ao benefício de prestação continuada, uma vez que já indica amparo assistencial provido pelo Estado.
- c. ☐ Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se família estritamente o requerente e seus filhos menores, excluídos cônjuge, companheiro e demais parentes.
- d. ☒ O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
- e. ☐ A avaliação da deficiência e do grau de impedimento, para fins de concessão do benefício, não se sujeita à avaliação médica realizada por peritos do Instituto Nacional de Seguro Social, bastando avaliação social realizada por assistente social.

95. Assinale a alternativa **correta** sobre as diretrizes do Sistema Único de Saúde, previstas na Constituição Federal de 1988.

- a. ☒ As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema único, organizado de acordo com as diretrizes de descentralização, atendimento integral e participação da comunidade.
- b. ☐ O Sistema Único de Saúde será financiado exclusivamente com recursos orçamentários da União, não se admitindo a participação financeira dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c. ☐ É vedada a participação da iniciativa privada, ainda que de forma complementar, nas ações e serviços do Sistema Único de Saúde, por se tratar de sistema exclusivamente estatal.
- d. ☐ As instituições privadas com fins lucrativos têm preferência sobre as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos na participação de forma complementar no Sistema Único de Saúde.
- e. ☐ É admitida a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos que prestem serviços de saúde.

Direito Eleitoral

5 questões

96. De acordo com a Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), dispensa de comprovação na prestação de contas eleitoral:

1. gastos com passagens aéreas efetuados durante a campanha.
2. utilização de recursos financeiros próprios.
3. cessão de bens móveis, limitada ao valor de R\$ 4.000,00 por pessoa cedente.
4. cessão de automóvel de propriedade do candidato, do cônjuge e de seus parentes até o terceiro grau para seu uso pessoal durante a campanha.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- b. ☐ São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- c. ☐ São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- d. ☒ São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- e. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.

97. Assinale a alternativa **correta** acerca da convenção partidária.

- a. ☒ Para a realização das convenções de escolha de candidatos, os partidos políticos poderão usar gratuitamente prédios públicos, responsabilizando-se por danos causados com a realização do evento.
- b. ☐ Deverá ser deliberado na convenção partidária o prazo para que os partidos e coligações enviem para registro junto à Justiça Eleitoral a relação nominal dos candidatos aprovados pela convenção.
- c. ☐ Em caso de anulação de deliberações dos atos decorrentes de convenção partidária, a Justiça Eleitoral deverá, de ofício, remeter cópia dos atos desfeitos para que o Ministério Público investigue se ocorreu ato com excesso ou abuso de poder.
- d. ☐ Desde que informe a Justiça Eleitoral no prazo de vinte e quatro horas da decisão, a convenção partidária de nível inferior poderá se opor às diretrizes estabelecidas pelo órgão de direção nacional na deliberação sobre coligações partidárias.
- e. ☐ A convenção partidária para a escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverá ocorrer no período entre 20 de junho a 5 de agosto do ano eleitoral.

98. Sobre a organização da Justiça Eleitoral, é **correto** afirmar:

- a. ☐ Não podem fazer parte do Tribunal Superior Eleitoral aqueles que tenham entre si parentesco, ainda que por afinidade, até o terceiro grau, excluindo-se neste caso o que tiver sido escolhido por último.
- b. ☐ O Tribunal Superior Eleitoral elegerá para seu presidente entre seus membros, cabendo a um dos Ministros do Supremo Tribunal Federal a Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral.
- c. ☐ O Procurador-Geral de Justiça exercerá as funções de Procurador-Geral junto ao Tribunal Superior Eleitoral, funcionando, em suas faltas e impedimentos, o substituto legal escolhido pela presidência do Tribunal Superior Eleitoral.
- d. ☐ O Tribunal Superior delibera por maioria absoluta de votos, em sessão pública, com a presença de dois quintos de seus membros.
- e. ☒ Os juízes dos Tribunais Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão obrigatoriamente por dois anos, e nunca por mais de dois biênios consecutivos.

99. Assinale a alternativa **correta** acerca das condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais.

- a. ☐ As condutas eleitorais vedadas pela Lei das Eleições buscam coibir o uso promocional de candidatos às custas de verbas ou subvenções públicas e, para tanto, devem ser objeto de interpretação ampliativa.
- b. ☒ A continuidade de programa social sem base normativa vigente ou amparado apenas em legislação genérica não se enquadra na exceção legal que autoriza a distribuição gratuita de bens e ano eleitoral, e caracteriza a conduta vedada.
- c. ☐ A existência de contrapartida por parte do beneficiário que recebe bens ou serviços de caráter social subvencionados pelo Poder Público não afasta a vedação eleitoral de distribuição gratuita de bens no ano eleitoral.
- d. ☐ As condutas eleitorais vedadas não se configuram de modo objetivo, ou seja, é necessário que haja prova do intuito eleitoreiro e da gravidade para desequilibrar a disputa entre os candidatos.
- e. ☐ É vedado aos candidatos, nos três meses que antecedem o pleito eleitoral, participar de solenidades de inaugurações.

100. Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão:

1. de dois juízes, dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça;
2. de dois juízes do trabalho, escolhidos pelo Tribunal Regional do Trabalho;
3. do juiz federal e, havendo mais de um, do que for escolhido pelo Tribunal Federal de Recursos;
4. por nomeação do Presidente da República, de dois dentre seis cidadãos de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- b. ☐ São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- c. ☒ São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- d. ☐ São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. ☐ São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

**Página
em Branco.
(rascunho)**

**Página
em Branco.
(rascunho)**

UTILIZE A GRADE AO LADO PARA
ANOTAR AS SUAS RESPOSTAS.

NÃO DESTAQUE ESTA FOLHA!

AO ENTREGAR SUA PROVA, O FISCAL IRÁ
DESTACAR E ENTREGAR ESTA GRADE DE
RESPOSTAS QUE VOCÊ PODERÁ LEVAR
PARA POSTERIOR CONFERÊNCIA.



GRADE DE RESPOSTAS

A) Assistente Jurídico

1		11		21		31		41	
2		12		22		32		42	
3		13		23		33		43	
4		14		24		34		44	
5		15		25		35		45	
6		16		26		36		46	
7		17		27		37		47	
8		18		28		38		48	
9		19		29		39		49	
10		20		30		40		50	

51		61		71		81		91	
52		62		72		82		92	
53		63		73		83		93	
54		64		74		84		94	
55		65		75		85		95	
56		66		76		86		96	
57		67		77		87		97	
58		68		78		88		98	
59		69		79		89		99	
60		70		80		90		100	



